

Yara Maciel Camelo

**A JUDICIALIZAÇÃO
DE UM CONFLITO
AMBIENTAL-URBANÍSTICO
SOB A PERSPECTIVA DO
PROCESSO ESTRUTURAL**

Prefácio de Fábio Lima Quintas

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

A presente dissertação, foi aprovada por banca do Instituto Brasiliense de Direito Público – Escola de Direito e de Administração Pública – Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional em 2020, para a obtenção de grau de Mestre em Direito na área de concentração Direito Constitucional e na linha de pesquisa Processo e Jurisdição Constitucional.

ISBN: 978-85-362-9754-5

1220987

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Camelo, Yara Maciel.

C181 A judicialização de um conflito ambiental-urbanístico sob a perspectiva do processo estrutural./ Yara Maciel Camelo./ Curitiba: Juruá, 2022.
176p.; 21cm

1. Licenciamento ambiental – Águas Claras/DF.
2. Direito ambiental. 3. Políticas públicas. 4. Ordenamento jurídico. I. Título.

CDD 342 (22.ed)
CDU 342.951

0 0081

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 AS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL CORRETIVO E DA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES NA CIDADE DE ÁGUAS CLARAS NO DISTRITO FEDERAL	17
1.1 BREVE CONTEXTO URBANÍSTICO DA CIDADE DE ÁGUAS CLARAS-DF.....	18
1.2 VIOLAÇÕES AO MEIO AMBIENTE E À ORDEM URBANÍSTICA NA CIDADE DE ÁGUAS CLARAS	22
1.3 AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AJUIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DA ORDEM URBANÍSTICA DE ÁGUAS CLARAS-DF	28
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
Capítulo 2 A CIRCUNSTÂNCIA DA JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	35
2.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMO MARCO NORMATIVO RELEVANTE PARA A JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	36
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A OCORRÊNCIA DO ATIVISMO JUDICIAL	37
2.3 A LEGITIMIDADE DO PODER JUDICIÁRIO NA INTERVENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	43
2.4 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CENÁRIO DA JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	46
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
Capítulo 3 TEORIA DO PROCESSO ESTRUTURAL E O PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	55
3.1 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO ESTRUTURAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	55

3.2	PROCESSO ESTRUTURAL E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA SOCIAL	62
3.2.1	Litígios Estruturais e a Efetividade do Processo	62
3.2.2	Elementos do Processo Estrutural	66
3.2.3	Princípios e Pressupostos do Processo Estrutural.....	68
3.3	A AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO VEÍCULO PARA O PROCESSO CIVIL ESTRUTURAL	76
3.4	A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB) E AS POSSIBILIDADES DO PROCESSO CIVIL ESTRUTURAL	81
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
Capítulo 4	AS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AJUIZADAS E O PROCESSO CIVIL ESTRUTURAL.....	89
4.1	RESUMO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATOS E DECISÕES PROLATADAS NAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL CORRETIVO E DA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES NA CIDADE DE ÁGUAS CLARAS.....	89
4.2	O PROCESSO ESTRUTURAL E A REFORMULAÇÃO DE ELEMENTOS PROCESSUAIS CIVIS	99
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
Capítulo 5	UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NAS AÇÕES COLETIVAS DE ÁGUAS CLARAS	111
5.1	AS VIRTUDES PASSIVAS E O PODER JUDICIÁRIO	113
5.2	A BUSCA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS POR MEIO DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AJUIZADAS E A EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS	117
5.3	O INSTRUMENTAL PROCESSUAL CIVIL E A CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL	124
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	CONCLUSÃO	131
	REFERÊNCIAS	135
	ANEXOS.....	145
	ÍNDICE REMISSIVO	165